

A prova de Redação do Vestibular Unicamp 2023 mais uma vez oferece duas propostas de texto, cada uma tratando de importantes temáticas da atualidade, para avaliar as competências de leitura e escrita de seus candidatos, futuros estudantes universitários. Desta vez, a primeira proposta de redação coloca em discussão os perigos envolvidos na proliferação dos clubes de tiro no Brasil, sobretudo após a *flexibilização da posse e do porte de armas de fogo*, garantida pelos Decretos Federais 9.846/2019 e 10.627/2021, aos cidadãos que exercem a atividade de Caçador, Atirador e Colecionador (os CACs). A segunda proposta, por sua vez, destaca a urgência de escolas brasileiras oferecerem uma *educação antirracista*, repensando seus currículos e a ocupação de seus espaços, de modo a garantir uma maior diversidade étnico-racial, seja na contratação de professoras/es e funcionárias/os, seja na presença de alunas/os negras/os nas escolas.

A partir da situação de produção criada pela Banca Elaboradora, os candidatos que optassem pela **Proposta 1** deveriam simular ser alguém que há um ano sofreu a perda de uma amiga de escola, vítima de um disparo acidental por arma de fogo de um colecionador. Por isso, ao saber que um grupo de empresários inauguraria um *clube de tiro* perto de sua casa, fica preocupada/o e logo toma a iniciativa de escrever um texto, convocando uma reunião com a associação de moradores do seu bairro, em que discutiriam providências a serem tomadas a respeito. No texto da *convocação*, o/a então enunciador/a deveria: a) destacar os perigos que envolvem a abertura de um clube de tiro; b) argumentar contrariamente à posse e ao porte de armas de fogo e, de modo mais amplo, c) criticar uma política de segurança pública pautada no armamento da população brasileira.

Para cumprir tais tarefas, é obrigatória a leitura da coletânea, que dispõe de informações atuais – como dados, números e gráficos –, oferecendo, assim, subsídios para os candidatos elaborarem o seu texto de *convocação*, *injuntivo* e *argumentativo*. Tal gênero requer uma linguagem mais formal, seguindo o padrão da norma culta da língua portuguesa, e um tom persuasivo, já que a intenção é a de convocar a associação dos moradores do bairro para tomarem decisões conjuntas sobre a abertura de um clube de tiro nas redondezas. O primeiro excerto, por exemplo, apresenta dados do Exército Brasileiro que apontam o aumento de mais de mil clubes de tiro no Brasil, o que significa, na prática, a inauguração de quase um clube de tiro por dia no país entre janeiro de 2019 e maio de 2022. Esse fato, somado ao crescimento no número de cidadãos que conseguiu permissão para transitar com armas de fogo e exercer atividades como CACs, não só representa um risco de segurança pública, como também alimenta um setor econômico específico: o da indústria armamentista.

O segundo excerto complementa o primeiro, uma vez que também apresenta números alarmantes: de acordo com o *Instituto Sou da Paz*, há atualmente no Brasil mais de 880 mil armas de fogo – incluindo fuzis – circulando nas mãos de CACs, que têm o direito legal de também comprar, anualmente, milhares de balas (projéteis). O acesso fácil às armas de fogo traz consequências desastrosas, como nos é apresentado no terceiro excerto. Pesquisas realizadas pelo professor David Hemenway, da Universidade de Harvard, constatam que, nos estados onde há mais lares com armas de fogo, há mais casos de homicídios e suicídios, sobretudo de mulheres e crianças. Nessa relação entre disponibilidade

de armas de fogo e mortes violentas, de uma lista de 25 países de alta renda, os Estados Unidos da América ocupam o primeiro lugar em homicídios de mulheres.

O gráfico do quarto excerto traz as estatísticas para o Brasil, que dialogam com os perigos presentes na realidade estadunidense. Segundo o *Instituto Sou da Paz*, nos últimos dois anos (2020 e 2021) – após Decretos Federais 9.846/2019 e 10.627/2021 –, o número de mortes por armas de fogo de mão aumentou consideravelmente em locais como “ruas e estradas”, o que pode estar associado ao deslocamento de CACs até os clubes de tiro. Vale lembrar ainda que o/a enunciador/a da convocatória é alguém que perdeu uma amiga de escola vítima de um disparo acidental por armas de fogo de um colecionador, situação que também pode ser explorada pelos candidatos como argumento, dado o aumento de mortes por armas de fogo em “residências” e “escolas” (texto 4).

Como se vê, a leitura dos textos de 1 a 4 da coletânea oferece aos candidatos informações e dados suficientes para cumprirem os dois primeiros comandos da proposta: destacar os perigos que envolvem a abertura de um clube de tiro na vizinhança (texto 1) e argumentar de modo contrário à posse e ao porte de armas de fogo (textos 2, 3 e 4), ressaltando os perigos iminentes de mortes violentas que o acesso fácil a elas possibilita (texto 2), como homicídios e suicídios, principalmente de mulheres e crianças (texto 3). Logo, a onipresença de armas de fogo (texto 4) demonstra a ameaça constante a que a sociedade civil está exposta no Brasil atualmente.

Já os textos 5 e 6 da coletânea poderiam ser melhor aproveitados pelos candidatos como argumentos para cumprirem o terceiro comando da proposta: criticar uma política de segurança pública baseada no armamento da população brasileira. O excerto 5, por exemplo, noticia o fato de uma conhecida facção criminosa se beneficiar dos decretos do atual presidente para comprar armamentos. De acordo com o jornal o *Estado de São Paulo*, ora os criminosos se disfarçam de CACs para efetuar a compra de armas de fogo, ora utilizam “laranjas” para adquirirem os equipamentos para o grupo. Assim, a legalização tem fortalecido cada vez mais o crime organizado, que coloca a sociedade civil nas mãos (armadas) de criminosos (texto 5). O excerto 6 corrobora essa ideia ao defender que o combate à criminalidade se dá seja por meio de investimentos na polícia – tanto nas ações de inteligência, quanto na sua estrutura (armamento, viaturas, coletes, contingente, informatização) –, seja por meio de ações preventivas, como o investimento em políticas públicas sociais (texto 6) – e não distribuindo armas para a população, portanto.

Os candidatos que optassem pela **Proposta 2** deveriam assumir o papel de um/a estudante do terceiro ano do ensino médio, cujo colégio lançou um *projeto de educação antirracista*. Solicitada/o pela direção a colaborar com essa proposta, a/o então estudante deveria escrever um *depoimento* sobre o racismo no cotidiano escolar. Em seu texto, a/o narrador/a deveria: a) declarar como se identifica racialmente; b) contar se já testemunhou, cometeu e/ou sofreu algum ato de racismo no colégio, e c) explicar o tratamento dado à diversidade étnico-racial na sua escola. Para cumprir essa última tarefa, os candidatos poderiam refletir criticamente sobre a presença (ou não) de alunas/os negras/os em seu colégio, sobre o trabalho em sala de aula com currículos que valorizam (ou não) o ensino das histórias e culturas afro-brasileiras e indígenas, sobre a existência (ou não) de professoras/es negras/s, bem como sobre conflitos cotidianos envolvendo discriminação racial. Desse modo, poderiam identificar efeitos do racismo estrutural na escola, e/ou, ao contrário, poderiam relatar ações e cuidados que têm sido tomados no combate a esse tipo de discriminação tão enraizada em nossa sociedade.

Considerando os comandos no enunciado da proposta, espera-se dos candidatos a elaboração de um *texto narrativo e explicativo* em primeira pessoa. Além disso, como o gênero é um *depoimento* a ser encaminhado à direção do colégio, são desejadas redações escritas em consonância com a norma culta da língua portuguesa, mesmo que se adote um tom mais informal.

Assim como na proposta anterior, os candidatos devem ler e se apropriar dos textos da coletânea para a produção do seu *depoimento*. O primeiro excerto é um verbete que traz a definição do termo *antirracismo*, fundamental para uma compreensão inicial do tema da redação, mas não suficiente para se entender o que é ou pode ser uma *educação antirracista* – conceito esse que pode ser apreendido pelos candidatos a partir da leitura dos textos 2 e 5 da coletânea. O segundo excerto, por exemplo, revela a amplitude dessa educação, mostrando que ela extrapola o âmbito do conflito entre dois indivíduos (o *bullying*) e abrange o acolhimento e o reconhecimento de distintas histórias e identidades no espaço escolar. Essa tarefa, segundo Ednéia Gonçalves, diretora-executiva da Ação Educativa, implica a revisão de todos os processos envolvidos no ensino: currículos, formação, avaliação, material didático, arquitetura e rotina, além do empenho contínuo de valorização da cultura negra.

O quinto excerto, por sua vez, traz o posicionamento da geógrafa Iara Pires Viana sobre o papel da educação no combate ao racismo. Assim como Gonçalves (texto 2), Viana também acredita que promover uma educação antirracista vai muito além de combater ofensas e xingamentos do racismo cotidiano na escola. Para ela, é preciso denunciar o racismo epistêmico, revisar os currículos para garantir a sua pluriversalidade e formar um corpo docente etnicamente diverso no espaço escolar. A geógrafa sustenta que não podemos acreditar no chamado mito da democracia racial no Brasil, o que pode ser constatado ao se analisarem as porcentagens na tabela (texto 5): quanto mais alto é o nível de ensino, menor é o percentual de estudantes negros – fato que sugere a urgência de se promover uma educação inclusiva e equânime no nosso país.

Com base nesses dois textos (2 e 5) da coletânea, serão valorizadas redações que demonstrem compreender tanto a abrangência da educação antirracista quanto a real necessidade de se combater essa discriminação no espaço escolar. Essa necessidade pode ser concluída a partir, por exemplo, da leitura da tabela (texto 5), reveladora do processo de “embranquecimento” das turmas ao longo dos anos do ensino básico até o ensino superior. Tal processo de “embranquecimento” também pode ser inferido a partir da leitura da charge apresentada no terceiro excerto da coletânea. De tom bem-humorado, porém crítico, a charge evidencia a presença sutil e naturalizada do racismo estrutural no cotidiano escolar, como no exemplo do uso do termo “cor da pele”, mostrando como essa cor automaticamente nos remete às tonalidades “branca” ou “bege”, apagando assim os seres humanos que têm outros tons de pele. Assim como o vocabulário empregado esconde preconceitos, isso também pode ocorrer em outros exemplos corriqueiros em sala de aula. Nesse sentido, a charge pode ser lida como um exemplo de racismo que “quando você esgarça, ele pula” nas “dobras” (texto 2).

Por fim, o quarto excerto da coletânea apresenta a lei de número 11.645, de março de 2008, que torna obrigatório o ensino da história e da cultura afro-brasileira e indígena na educação básica brasileira, tanto em escolas da rede pública quanto da rede privada. Essa obrigatoriedade foi uma conquista importante para a construção de uma *educação antirracista* no Brasil, embora saibamos que nem sempre ela é cumprida, fator que pode também ser objeto de reflexão e discussão por parte dos candidatos em seu depoimento.

Conclui-se, assim, que as duas propostas, de gêneros discursivos diferentes (uma *convocação* e um *depoimento*), são respaldadas por coletâneas repletas de informações, dados numéricos, verbete, gráfico e tabela, legislação vigente, charge e textos que trazem posicionamentos críticos relativos aos dois temas de redação da prova do Vestibular Unicamp 2023: *a flexibilização do uso de armas de fogo e a necessidade de uma educação antirracista*. As duas propostas requerem que os candidatos cumpram os comandos a, b e c da prova, assumindo uma determinada *máscara discursiva* para se dirigirem ao seu respectivo interlocutor, em linguagem adequada ao *gênero textual* escolhido.